

● EXPLICADOR



'Casamento' entre Região e Grupo Pestana para explorar a Zona Franca foi celebrado a 8 de Abril de 1987 e o 'divórcio' ocorreu a 31 de Dezembro de 2020. Sá Francisco Costa esteve nos dois momentos.

Albuquerque investigado por alongar 'casamento' que resistiu a quase tudo

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

A decisão do Governo Regional de atribuir por mais 10 anos, através de ajuste directo, a exploração da Zona Franca da Madeira à Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), controlada pelo Grupo Pestana, está no cerne do inquérito do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que visa o chefe do executivo, Miguel Albuquerque. Tudo aconteceu no final de 2016, com o governo madeirense a querer prolongar uma parceria com a empresa de Dionísio Pestana que já durava há 30 anos e que aguentou vários ataques, sobretudo oriundos de Lisboa e Bruxelas.

Curiosamente, o 'casamento' entre Região e Grupo Pestana na SDM nem estava programado para acontecer. A empresa hoteleira não participou na génese do projecto. Na verdade, foi a primeira direcção da Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF) do pós-revolução do 25 de Abril, constituída por Humberto Ornelas, Carlos Klut de Andrade e Francisco Costa, quem lançou a semente da Zona Franca, ao promover, em Novembro de 1974, um inquérito junto da população sobre a criação de um regime fiscal especial.

Dois anos depois, o Governo de Alberto João Jardim, em articulação com a ACIF, encomendou um estudo a uma equipa norte-americana sobre o assunto e em 1980 o Governo da República liderado por Sá

Carneiro publicou o decreto-lei que criava a Zona Franca da Madeira. Em Novembro de 1984 foi constituída a SDM, com capitais públicos (quota de 25% da Região) e privados (quota de 75% de investidores norte-americanos liderados por Paul Slater e representados pela Madeira Investment Company).

Mas em Março de 1987, quando finalmente o executivo madeirense entrega por 30 anos a concessão da exploração da Zona Franca, é alterada a participação dos privados no capital da sociedade. Os norte-americanos vendem a sua quota de 75% e entra em cena o Grupo Pestana, que passa a controlar 65% do capital. Francisco Costa fica com uma quota de 5% e a Madeira Investment Company com outros 5%. Este quadro de forças permaneceu estável durante três décadas, sem ser conhecida qualquer discordância de relevo entre os dois principais accionistas, que se mantiveram em sintonia, mesmo quando o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) começou a ser alvo de críticas e acções de desbaste a partir de Lisboa e de Bruxelas.

Foi a partir de 1999, com a eleição dos primeiros deputados do Bloco de Esquerda (BE) na Assembleia da República, que o regime especial da Madeira entrou no debate político. Uma das primeiras propostas tinha por objectivo acabar com as isenções fiscais concedidas aos bancos. A verdade é que, a partir de 2003, com o II Regime do CINM, as entidades financeiras foram excluídas



COMPRA DA POSIÇÃO DOS PRIVADOS NA SDM CUSTOU 7,3 MILHÕES AO ORÇAMENTO

dos benefícios. Uma imposição da Comissão Europeia, de acordo com os princípios da OCDE e o Código de Conduta sobre a Fiscalidade das Empresas. Deixava de haver isenções fiscais totais e o IRC a pagar pelas empresas passava a estar indexado a uma escala com plafonds de criação de emprego. Entretanto, a eurodeputada Ana Gomes (PS) destacava-se como uma voz crítica da Zona Franca no Parlamento Europeu.

Entre 2009 e 2011, com o segundo governo de José Sócrates, a 'parceria' público-privada instalada na SDM teve de enfrentar outro adversário de peso em Lisboa. Naquele período o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Sérgio Vasques suspendeu o processo negocial dos plafonds com a Comissão Europeia e escreveu uma carta a Bruxelas a anunciar que não haveria nenhum benefício à Zona Franca.

Uma coligação PSD-CDS acabaria por assumir o Governo da República depois das eleições legislativas de 2011 mas logo na preparação do Orçamento de Estado de 2012 o novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, cancelava a isenção dos benefícios fiscais na distribuição de dividendos das empresas instaladas no CINM. Já no primeiro Governo socialista de António Costa (2015-2019), as maiores dores de cabeça foram com a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, que prolongou por muito tempo a preparação do diploma que veio a permitir a presença de segurança

armada a bordo das embarcações inscritas no Registo de Navios da Madeira (MAR), um dos instrumentos do CINM.

Perante todas estas adversidades, Governo e SDM responderam sempre em sintonia. Satisfeito com este entendimento, o executivo de Miguel Albuquerque começou a estudar o que fazer com a concessão da Zona Franca, já que o contrato de exploração por 30 anos expiraria em 2017. Em Novembro de 2016, com base num parecer do professor de Direito Eduardo Paz Ferreira, o secretário regional das Finanças, Rui Gonçalves, deu ordem para lançar uma nova concessão à SDM por mais 10 anos através de ajuste directo. No contrato de Março de 2017 a Região aumentou a sua quota para 49% mas os privados continuaram a somar a maioria do capital (Grupo Pestana 47,73% e Francisco Costa 3,41%). Foi o começo do fim de uma relação. Tanto a Comissão Europeia como o Tribunal de Contas concluíram que o ajuste directo era ilegal.

Coube ao vice-presidente Pedro Calado procurar uma solução para o imbróglia jurídico, que chegou no último dia de 2020. Nessa data, a Região adquiriu por 7,3 milhões de euros as participações dos privados (Grupo Pestana e Francisco Costa) e assumiu a totalidade do capital. O presidente do Governo já disse que não quer manter a exploração da Zona Franca na esfera pública e planeia fazer um concurso público para a concessão. O antigo parceiro privado não está interessado. Para já.